

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 30 DE JUNHO DE 2010

N.º 3/2010

DIA: Trinta de Junho do ano de dois mil e dez.-----

HORA: Dezanove horas e vinte minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

PRESENÇAS:-----

O PRESIDENTE: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD).-----

1º SECRETÁRIO: Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD).-----

2º SECRETÁRIO: Eng.ª Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca
(PPD/PSD). -----

PPD/PSD - Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD – Dr. Rodrigo Oliveira da Silva;-----

PPD/PSD - Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado;-----

PPD/PSD – Manuel Domingos da Costa Tavares;-----

PPD/PSD - Dra. Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD - Eng.º Jorge Miguel Martins Quental;-----

PPD/PSD - Dra. Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos;---

CDS/PP - Eng.º Aníbal Moreira da Costa;-----

CDS/PP - António Gomes;-----

CDS/PP – Dra. Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

CDS/PP - Albano de Oliveira Braga;-----

CDS/PP - José do Nascimento Peres;-----

CDS/PP - António dos Santos Sousa;-----

2010.06.30

CDS/PP - Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

PS – João Miguel de Almeida Campos, em representação do Dr. João Pedro Bastos Silva;-----

PS – Dra. Maria do Rosário Simões de Carvalho;-----

PS - Manuel de Sousa Pinho;-----

PPD/PSD – Carlos Tavares (Secretário), em representação do Senhor Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD – Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal;-----

PPD/PSD – Manuel Joaquim Rodrigues Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

PPD/PSD – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

FALTAS:-----

- CDS/PP - Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

- PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11-01, encontram-se presentes, em representação da

Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva e os Vereadores Senhores Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. José Pedro Vieira de Almeida.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Presidente da Assembleia Municipal prestou as seguintes informações:----

- Não podendo comparecer à sessão o Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva foi convocado, nos termos da lei, o Sr. João Miguel de Almeida Campos para preencher a respectiva vaga. Foi de imediato verificada a sua identidade e legitimidade, tendo então participado nos trabalhos da sessão.

- O Sr. Carlos Manuel de Almeida Dias Presidente da Junta de Freguesia de Arões, não podendo comparecer à sessão, fez-se representar pelo Sr. Carlos Tavares. Após verificada a sua identidade e legitimidade, participou nos trabalhos da sessão.

O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, até à construção do Novo Centro Hospitalar, não deixará de lutar para que haja em Vale de Cambra um SUB (Serviço de Urgência Básica). Esclareceu que o encerramento do SAP foi uma decisão unilateral do Ministério da Saúde. Referiu ter tido conhecimento em trinta e um de Maio que o SAP iria encerrar e imediatamente remeteu uma carta à Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte) manifestando o seu desagrado e exigindo que fossem encontradas e implementadas medidas alternativas. Em resposta, suspenderam o encerramento por quinze dias, de modo a serem criadas as tais medidas alternativas. Deu conta dos esforços envidados nesse período de tempo, no sentido de definir medidas mínimas a implementar, designadamente as reuniões com a ARS Norte, a Directora Executiva do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) do Entre

Douro e Vouga II, os Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, os Coordenadores das Unidades de Saúde e os responsáveis do INEM. No caso das consultas normais conseguiu-se que a Unidade de Saúde Familiar que já existe tenha consultas das 8h às 20h, e a Unidade de Saúde Familiar a criar em Macieira de Cambra (não foi ainda criada por falta de médicos) terá aí consultas das 8-18h, após o que os Médicos vêm de Macieira de Cambra para Vale de Cambra fazer mais duas horas de atendimento. Para tal conseguiram que o Ministério se compromettesse a realizar obras de adaptação no Centro de Saúde de modo a dignificar o espaço onde os médicos farão o atendimento. Das 20h às 24h, o Ministério garante o atendimento através da contratação de médicos extra Unidade de Saúde Familiar. Estão assim asseguradas consultas das 8 às 24 horas, incluindo feriados, sábados e domingos. Em casos muito urgentes, situações agudas, deve ligar-se ao 112 ou à linha de Saúde 24, sendo que estes casos poderão ser encaminhados directamente (pelo INEM) para o Hospital S. Sebastião ou ainda para Vila Nova de Gaia, se tal se mostrar necessário. Para o efeito, foi localizada uma ambulância do INEM nas instalações dos Bombeiros Voluntários, prevendo-se a formação de cinco técnicos para tal. Há uma terceira ambulância para o caso de ser necessário acudir a alguma catástrofe ao mesmo tempo. Há ainda a ambulância do INEM sediada em Sta. Maria da Feira. Informou que nas várias reuniões havidas com o Sr. Presidente da ARS Norte manifestou a importância do Novo Centro Hospitalar em virtude da sobrecarga do Hospital S. Sebastião. Informou que há já garantia de que vão mandar executar o projecto para o novo Centro Hospitalar até Outubro do corrente ano. A este respeito, enalteceu toda a facilidade de comunicação e o cumprimento de tudo aquilo com que ele se comprometeu.-----

Referiu que todos devem estar atentos à evolução desta situação e que sempre que surja algum problema o mesmo lhe seja comunicado, uma vez que tem

contacto directo e imediato com o Sr. Presidente da ARS Norte. Acrescentou que se as medidas implementadas funcionarem não se prevê que Vale de Cambra saia muito prejudicado com o encerramento do SAP. Salientou a dificuldade em fixar médicos no Concelho.-----

Terminada mais uma edição das Festas da Cidade em honra de Sto. António e terminado o mandato da Comissão de Festas agradeceu à mesma o grande esforço e empenho. Informou que as Festas do próximo ano serão organizadas pela Câmara Municipal. No que se refere à parte religiosa associada às mesmas será organizada pelo Pároco de Vila Chã.-----

Por fim, informou que Sua Excelência O Presidente da República estará em Vale de Cambra aquando da inauguração da Praça no Centro, a convite da Câmara Municipal. Há trinta anos que um Presidente da República não visita oficialmente Vale de Cambra. Por deliberação da Câmara Municipal, sob sua proposta, atribuiu-se à Praça central o topónimo Praça Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite. Referiu que gostaria que as três bancadas da Assembleia se associassem a esta deliberação. Embora esta não seja sua competência, obviamente tal teria outra força. Convidou todos a estarem presentes na referida Cerimónia de inauguração.-----

De seguida, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Sr. Comendador Adelino Augusto Tavares, seguido de um minuto de silêncio:

“No pretérito dia 22 de Junho o Concelho de Vale de Cambra perdeu uma das suas ilustres Personalidades, o Senhor Comendador Adelino Augusto Tavares, empresário Valecambrense de reconhecido mérito e sucesso nas suas actividades industriais que desenvolveu através das empresas que criou e dirigiu.-

2010.06.30

As suas elevadas sensibilidade e qualidades humanas tiveram grande expressão nos muitos e significativos apoios que concedeu ao Município, autarquias de freguesia, instituições culturais, desportivas e de solidariedade social.-----

Foi agraciado com a Comenda no Grau de Oficial da Ordem de Mérito em 05.03.1999, por Sua Excelência o Presidente da República.-----

Nesta data, a Assembleia Municipal manifesta o seu mais profundo e sentido pesar pela grande perda para o Município de Vale de Cambra, deste Cidadão Exemplar, Humanista, Benemérito e Solidário que foi, e delibera, por unanimidade, transmitir à Família as suas mais sentidas e respeitosas condolências”.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal associou-se a este voto de pesar.---

No uso da palavra o Sr. António Gomes referiu que se existissem aqui os Autarcas de há oito ou nove anos esta pouca vergonha não se passava, dizendo contudo não querer menosprezar o Sr. Presidente. Acrescentou que o Concelho tem necessidade urgente de criar *lobbies* em Lisboa para tentar que os “Políticos de meia tigela” que hoje estão no Governo e na Assembleia da República sejam corridos de lá, de uma vez por todas. Têm de lutar para colocar Vale de Cambra de uma vez por todas no Mapa nacional.-----

Quanto à Unidade de Cuidados Continuados, disse concordar plenamente com ela, informando ainda que não é só para Vale de Cambra, mas também para S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, se não for para mais ninguém.-----

Disse que há cerca de cinco anos, foram colocados na EM 552, no lugar de Cavião, saneamento e água, graças a quem assim o decidiu por causa das eleições autárquicas, e que hoje é um buraco contínuo para quem lá passa. Foi na altura prometido, por quem diz que cumpre, avançar para os lugares onde efectivamente vivem as pessoas. Crê que, como perderam o lugar de Presidente

da Assembleia Municipal também ele natural de Cavião, o qual foi substituído no mesmo Partido por outro agora natural de Arões, já mais ninguém se lembrou dos lugares de Cavião, que são muitos e ainda pertencem à Freguesia de S. Pedro de Castelões, e por conseguinte a Vale de Cambra. Espera bom senso e empenho dos altos responsáveis pelo concelho, já que em termos de Junta de Freguesia não vê perspectivas de quaisquer melhoramentos, a não ser o prazer, se é que o é, de ver o Presidente da Junta no funeral de qualquer um de nossos familiares.---

Quanto ao Convite que recebeu para o acto público da inauguração da Praça Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite, agradeceu o mesmo e referiu nada ter a opor. Contudo, acrescentou ter quase a certeza que em vez deste acto público bem pensado e meritório, o mesmo Cidadão muito mais lhe ficaria grato se tivesse dado continuidade à obra social que ele deixou aos Cambrenses em honra do Dr. Luciano da Silva, como a Biblioteca que igual não existe no País, pelo menos por manter aquele espaço aberto ao público, uma vez que a Associação não tem verba para tal e a Câmara Municipal com a sua boa vontade com certeza encontrará um funcionário vago para o efeito. Se o fizer o Sr. Álvaro onde quer que esteja ficará deveras satisfeito e agradecido.-----

Para terminar, referiu voltar a aflorar assuntos já abordados em sessões anteriores, os quais não foram levados em conta por quem é ou devia ser responsável. Disse continuar a funcionar o Regimento da Assembleia Municipal antigo, devendo ser caso único no Distrito e no País. Não é que o Regimento possa vir a ter alguma alteração mas devia pelo menos ser presente para aprovação para este novo mandato. Os cartões de identificação, não é que precise dele, mas é um direito de todos os membros, referindo que se não os querem passar pelo menos que lhes sejam devolvidas as fotografias. Disse que qualquer dia aparecem no jornal as suas fotografias a dizer “procura-se” ou qualquer coisa do género. Disse querer as fotografias e não querer cartão

2010.06.30

nenhum, pois não se importa disso para nada. Acrescentou que as actas das reuniões da Câmara Municipal por si solicitadas, lhe estão a ser enviadas a conta gotas, faltando pelo menos as de Maio e Junho.-----

Referiu acreditar que o Sr. Presidente da Câmara não precise dos seus conselhos, conforme já o referiu, pois até dizem na opinião pública que está muito bem assessorado, no entanto, não lhe ficaria nada mal ser mais humilde, a humildade fica bem a toda a gente. Disse que não leve as suas chamadas de atenção para conselhos, mas para tomar nota e verificar se tem ou não razão, porque se o fizesse o nosso concelho estaria muito melhor. São situações de alerta com pequeno custo para a Câmara, mas como o orgulho e vaidade do Sr. Presidente é maior que a sua humildade, continua tudo na mesma para pior. Deu alguns exemplos: Graças a Deus foi arranjado o buraco que existia aqui na rotunda há meses; as passeadeiras da cidade são pintadas a conta gotas; ainda faltam três ou quatro grades nas sarjetas da Avenida de Macinhata; há pedras soltas nos passeios da cidade; o outdoor da Av. Vale do Caima, nem se fala, referiu que se o jornal aceitar desejaria publicar duas fotografias do mesmo; a sinalização é cada vez pior; a Av. Vale do Caima, no seu todo, tem um buraco abandonado há anos, pensa que a Câmara já alertou a Direcção de Estradas a qual deveria ter mais respeito pelos utentes que lá passam e que pagam impostos; o fontanário e o Miradouro da Senhora da Saúde estão na mesma; a Alameda da Senhora da Saúde parece estar a mexer qualquer coisa, pelo que referiu que dava os parabéns aos Sr. Presidente da Câmara se algum dia vir aquela obra concluída; a estrada de Lourosa ao Outeiro foi aberta há muitos anos e nunca mais viu alcatrão; a execução dos passeios na Av. de Macinhata e Entre-Pontes é mais uma maneira de dar honra ao Sr. Álvaro, uma vez que foi ele que abriu aquela primeira estrada; é preciso ter cuidado com os caminhos florestais, pois estão a chegar a uma época muito má; a rectificação da estrada Macieira de

Cambra a Porto Novo, que pelo menos comecem a fazer o projecto para quando houver dinheiro fazer.-----

A Câmara, em seu entender, está mais interessada em arranjar ainda mais alguns lugares efectivos para os seus protegidos do que resolver problemas em todo o concelho, os quais prejudicam e de que maneira os Cambrenses.-----

Perguntou a que se destina, em termos de PDM (Plano Director Municipal) o terreno que se situa ao fundo da rampa em S. Pedro de Castelões, onde em sua opinião deveria ser instalado o Centro Multiusos de S. Pedro de Castelões, custe o custasse.-----

O Sr. Presidente da Mesa disse que o Regimento está entregue a uma comissão de trabalho composta pelos líderes de cada uma das bancadas, e será presente à Assembleia quando estes o entenderem propor.-----

Relativamente aos Cartões referiu que foram pedidas fotografias aos Membros, poucos as entregaram em tempo útil pelo que se esperou algum tempo para que todos entregassem. Dado que realmente o tempo estava a passar as fotografias foram entregues à empresa responsável pela execução dos cartões. Não poderá portanto de momento devolver as mesmas.-----

Interveio o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares referindo congratular-se com a visita do Sr. Presidente da República a Vale de Cambra, no dia dois de Julho. Não é frequente a visita de tão Ilustre visitante a qualquer localidade, muito menos a Vale de Cambra. A este respeito, referenciou a visita de Ramalho Eanes e do Almirante Américo Tomás a Vale de Cambra. Esta é uma visita de grande prestígio para Vale de Cambra, que em cinquenta anos é visitada pela terceira vez por um Presidente da República. Deu os parabéns à Câmara Municipal e a todos quanto contribuíram para que tal se concretizasse. Será certamente um êxito.-----

No que se refere à Saúde, perguntou se as pessoas dirigindo-se ao Centro de Saúde entre as 8h e as 20h são atendidas de igual forma como eram atendidas pelo SAP.-----

No que se refere à época de incêndios, alertou para a limpeza dos caminhos florestais e para os tanques de abastecimento de água para combate aos fogos que deveriam estar todos funcionais. Alguns não o estão, pelo menos na Freguesia de Arões. É necessário verificar no local o seu estado de conservação e se têm água.-----

Relativamente às Praias Fluviais, referenciou o açude de Cabrum o qual ficou praticamente destruído há cerca de cinco anos devido a um incêndio e até à data assim se encontra. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se é intenção desta fazer o seu restauro, se sim de que tipo e para quando.-----

Usou da palavra o Sr. Manuel de Sousa Pinho referindo que por hábito não é leitor atento de jornais, e mesmo algumas situações quotidianas que embora lhe chamem a atenção no momento logo acaba por esquecer, devido a outras preocupações que se lhe sobrepõem, o que resulta certamente em prejuízo das funções que desempenha nesta Assembleia. Disse que os jornalistas têm por hábito destacar as declarações que acham ser mais polémicas ou que podem prender mais o leitor. O destaque da jornalista para uma dessas partes de uma entrevista do Sr. Presidente da Câmara chamou a sua atenção pelo que acabou por ler a mesma e hoje em finais de Junho constata que algumas das previsões do Sr. Presidente saíram erradas: a Casa da Juventude não abriu em Junho e o Parque de Estacionamento Subterrâneo e a Praça Envolvente cujo vistoso marcador com os dias em falta para a sua finalização foi desligado quando marcava alguns dias para o fim da obra. Espera que no futuro outras previsões não falhem tanto. Salientou a seguinte afirmação da entrevista do Sr. Presidente: “A Câmara Municipal tem mantido um forte apoio ao Associativismo mesmo a um

nível significativo em momentos de crise, mas as nossas associações têm também elas de se adaptar às dificuldades e não viverem acima das suas possibilidades”. Quanto a isto referiu que as associações já se adaptaram há muito tempo, pois os apoios oficiais, particulares, patrocínios têm vindo em queda acentuada há já alguns anos. Disse que algumas instituições desta cidade, mesmo enfrentando dificuldades de tesouraria não têm o seu futuro hipotecado como se constata através da comunicação social quase todos os dias instituições com dividas de valores absurdos. Acrescentou que os resultados alcançados nesta última época desportiva deveriam orgulhar a todos e merecer o elogio dos Cambrenses e prioritariamente de quem tem responsabilidade neste concelho. Poucas cidades do País se podem orgulhar dos resultados alcançados a nível regional e nacional nas diversas modalidades das instituições do concelho. Os poucos recursos, ou muitos na óptica do Sr. Presidente, foram afinal bem geridos e dignificaram o nome desta Cidade. Os jovens já demonstraram serem capazes como os outros, o que é preciso é dar-lhes igualdade de condições de trabalho para poderem competir, por isso a aposta nos jovens não é um desperdício mesmo em tempo de crise, é um investimento. A melhor campanha de promoção de uma cidade são os resultados alcançados pelas suas instituições quer seja a título individual quer a título colectivo, uma vez que os meios de comunicação social hoje dão mais importância aos resultados desportivos do que propriamente a qualquer outra actividade. Disse esperar que esta afirmação do Sr. Presidente não se venha a traduzir em mais um corte nos subsídios às instituições. Com tanta redução sujeitam-se a ficar a olhar para o passado, pois o encerramento das instituições começa a pairar no horizonte por falta de dirigentes que estejam disponíveis para arcar com responsabilidades financeiras que outros deveriam assumir. Terminou referindo que há um ano o Sr. Presidente afirmou que o Regulamento de atribuição de subsídios iria ser revisto e que iria dar ordem aos

serviços para avançar com essa reforma juntamente com as instituições e até à data nada foi feito.-----

No uso da palavra a Sra. Dra. Maria do Rosário Simões de Carvalho

agradeceu ao Sr. Presidente os esclarecimentos que prestou relativamente à questão da Saúde em Vale de Cambra, os quais foram pertinentes e deveriam ser divulgados a nível completo.-----

No que se refere à questão da toponímia referiu que já tinha sido anunciado na última sessão, pelo que não será certamente para aprovar agora.-----

Dirigindo-se ao Senhor Sousa referiu que na próxima sessão o Dr. João Pedro prestará os esclarecimentos sobre o Pavilhão de Macieira de Cambra, em virtude da sua ausência.-----

Em relação ao Centro Multiusos de S. Pedro de Castelões perguntou ao Sr. Jorge Costa se será realizado o debate público sobre o Centro Multiusos e se já está agendado.-----

Quanto à Casa da Juventude disse congratular-se com a sua criação, que foi muito rápida, bem como o anúncio da sua inauguração. É realmente uma luta pela qual a Juventude Socialista se debate desde o início. Pelo que entendeu a sua inauguração estava prevista para Maio, contudo não se apercebeu ainda dessa inauguração, pelo que gostaria de saber as razões para tal ainda não ter acontecido, depois de tão repentino anúncio de sua criação e inauguração. Perguntou ainda qual será a sua localização e o formato.-----

Relativamente ao encerramento de escolas, perguntou qual é a posição da Câmara Municipal face ao Acordo entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

O Senhor Presidente da Assembleia chamou a atenção aos Membros da Assembleia que sempre se deverão dirigir à Mesa da Assembleia.-----

A Sra. Dra. Maria do Rosário Simões de Carvalho pediu desculpa.-----

Interveio o Sr. Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, referindo que é com sentido de dever que participa na freguesia em todos os funerais e inclusivamente uma vez, por se tratar de um cidadão com carências económicas e sem familiares, teve de ajudar a transportar o caixão para o cemitério, o que já não acontece com alguns que só vão a certos funerais. Quanto ao resto referiu pensar que o Sr. Deputado não conhece a freguesia, é uma pena sendo natural da freguesia de Castelões, não conhece a freguesia ou o que foi executado por exemplo na Felgueira, no Ameal, ou na Pedra Alçada; não sabe o que estava para fazer nas Gandarinhas e que agora está resolvido; não sabe o êxito da Semana Cultural; não sabe o êxito da Feira da Castanha. Que culpa tem que não conheça. Agora já não fala nos WC's, porque está encerrado o assunto.-----

Quanto à pergunta da Dra. Maria Rosário Carvalho, disse estar a tornar-se uma pessoa muito importante. Dá impressão que têm medo do Jorge Costa, estão a torná-lo uma pessoa importante. Disse que é o Sr. Presidente da Câmara que terá de responder a essa questão, visto não ser apanágio seu ultrapassar as competências deste.-----

Disse não voltar a esta tribuna tão cedo, pois é a mesma coisa que “malhar em ferro frio”.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa começou por convidar todos os Membros da Assembleia a serem mais práticos, concretos e objectivos. Isto é uma Assembleia Municipal, não é uma reunião pública da Câmara, muito menos uma Assembleia de Freguesia. Se querem saber o que se passa numa Freguesia dirigem-se à Assembleia de Freguesia e questionam o Presidente. Se querem saber o que a Câmara fez, bem ou mal, dar conselhos, dirigem-se à Câmara Municipal. Agora não podem fazer do Período de Antes da Ordem do Dia uma questão de dar recados ao Presidente da Câmara, ou ao

Presidente da Junta desta ou de outra Freguesia. Têm de ser concretos e falar sobre assuntos que interessam ao Concelho no seu todo. Se viessem para ali discutir o problema da Freguesia A, B, ou C, não seria uma Assembleia Municipal mas uma Assembleia Magna das Freguesias, isto é tratariam de todos os assuntos das Freguesias. Convidou todos a reflectir melhor esta situação, ou então reservar este tipo de intervenção para o período de análise da Actividade Municipal, aí sim devem fazer perguntas ao Presidente da Câmara. Pedindo desculpa à ilustre Colega, acrescentou que a Assembleia Municipal não pode questionar um Presidente de Junta. Na Assembleia Municipal podem criticar, questionar e/ou analisar a actividade da Câmara Municipal. Tem vindo a ser hábito nas sessões que o Período de Antes da Ordem do Dia seja imensamente superior aos outros períodos todos, não quer dizer que este não tenha dignidade, mas há outros assuntos para discutir e se se alongam em perguntas, em recados, em alertas, não terão tanto tempo para apreciar os pontos seguintes. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse não ser verdade que não leva a bom porto as sugestões do Sr. Deputado António Gomes, isso aconteceu num caso ou outro por dificuldade de organização. Acha que algumas questões que este coloca são pertinentes, a forma é que sinceramente acha que não é a melhor, mas é a sua maneira de expor as coisas e obviamente aceita essa agressividade que põe nas questões quando vai ao púlpito. Disse ser fácil enumerar duas ou três páginas de coisas que não estão bem, que faltam fazer ou que é preciso melhorar. Ele próprio poderia facilmente apontar algumas coisas que são necessárias fazer neste grande concelho o qual, salientou mais uma vez, tem mil quilómetros de estradas alcatroadas e cerca de trezentos quilómetros de caminhos florestais. Manter tudo isto transitável com o orçamento camarário não é tarefa fácil. E ainda por cima os acusam de não fazer manutenção nas obras que são competência da Estradas de Portugal, como é o caso do Miradouro na

EN 328, reconhecendo mesmo assim que o têm solicitado à Estradas de Portugal, bem como a Av. Vale do Caima, que está no Secretário de Estado para assinar a sua desclassificação e consequente passagem para o Município.-----

Disse ao Sr. António Gomes que ele coloca as questões como se ainda fizesse parte do cargo que ocupou nesta Câmara e como tal tem a obrigação de saber melhor do que os outros todos as dificuldades em gerir e fazer todas as obras. Mesmo perante grandes dificuldades que aconteceram no último mandato e que estão a acontecer neste, conseguiram manter um grande volume de obras, graças ao grande esforço na contenção da despesa corrente.-----

Esclareceu que a Unidade de Cuidados Continuados pertence à rede nacional, portanto poderá vir a acolher um Algarvio ou um Transmontano, que serão acarinhados da mesma forma como se de um Valecambrense se tratasse. Esclareceu que não é uma unidade para velhinhos, será também e sobretudo para aqueles que fazem operações e que ao segundo ou terceiro dia podem ir para a sua área de residência fazer o tratamento.-----

O ideal seria realmente todos os concelhos terem um hospital central, mas não há nenhum País no mundo que tenha isso, não é possível. Referiu a grande vitória que foi conseguir a localização do Novo Centro Hospitalar na bordadura do concelho de Vale de Cambra, a nascente da A32 e situada junto ao Nó que vai ser feito na Pedra Má. Não foi tarefa fácil. Tal como não foi tarefa fácil a vitória importante que os tais “políticos de meia tigela” que estiveram aqui nos últimos anos conseguirem abrir as instalações do nosso hospital, que esteve fechado dezoito anos. O Sr. Gomes fez parte desta casa e não o conseguiu abrir. Os “pés descalços e esses políticos de meia tigela” conseguiram abrir.-----

Em relação ao saneamento, referiu que o Sr. António Gomes dá a entender que a Câmara é gerida conforme a aproximação ou não de eleições. Esclareceu que estava a decorrer aquela obra e como tal entenderam e bem dotá-la já da rede de

saneamento. Neste momento, está em concurso a parceria público-privada para exploração de água e saneamento para o concelho, sendo que o caderno de encargos obriga a um investimento de trinta milhões de euros em água e saneamento no concelho, que é exactamente o valor apontado no estudo económico e os projectos que têm para levar água e saneamento a todo o Município. Como tal não faz qualquer sentido numa altura de grande crise, e em que está a decorrer esse processo, paralelamente fazer grandes investimentos na área. Não seria razoável da parte da Câmara fazer esse esforço acrescido, até porque não há candidaturas de momento para essa área. -----

Em relação à Fundação Dr. Luciano da Silva, a Fundação tem estatutos próprios, tem uma Direcção e uma Assembleia, funciona por ela própria. Numa das conversas que teve com o Sr. Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite, ele colocou a questão da possibilidade da Câmara Municipal absorver a Fundação e foi informado na altura que esse tipo de infra-estruturas não encaixava na estrutura da rede da Biblioteca, pois já existe em Cepelos uma Casa que tem grandes dificuldades de funcionamento. Acresce que a bibliografia que existe na Fundação é muito específica, toda direccionada para a arte médica, além de que está em Inglês e hoje com a internet, quem quer fazer pesquisas não precisa ir à Fundação. Portanto, não encaixava na metodologia traçada para o concelho nesta área específica. Enquanto Presidente da Câmara, aquela Fundação será com certeza apoiada pela Câmara como muitas outras instituições, mas nunca será uma associação liderada pela Câmara Municipal. Este deve ser sempre uma parceira não a líder das entidades que possuem uma estrutura orgânica e directiva própria.-----

Em relação às questões postas pelo Sr. Manuel Domingos, ainda em relação às questões de saúde, informou que vai haver duas unidades de saúde a funcionar mas sobretudo vai haver um horário de consultas das 8h às 24h. Vão criar-se

vagas para aqueles que ainda não têm médico e depois das 20h, aos sábados, domingos e feriados, estará uma equipa contratada, tal como agora, das 20h às 8h. -----

Em relação ao açude de Cabrum, referiu que quando tomaram posse havia uma candidatura à ADRIMAG para aquela praia fluvial, e foi já oportunamente executada. Como não era possível lá chegar a pé, executaram a estrada conforme possível. Quando construíram a praia colocaram mesas, cadeiras e fizeram o açude, pois tinham a informação de que os terrenos eram todos da públicos, mas afinal veio a verificar-se que eram de particulares, sendo que um deles obrigou a retirar de lá o mobiliário. É uma das praias fluviais mais bonitas do concelho. Informou ter lançado o desafio à Junta de Freguesia, para tentarem resolver essas questões e melhorar os acessos. A Câmara está disponível para, com a Associação da Felgueira e/ou com a Junta de Freguesia, resolver essa situação, que passa sempre pelo acordo com os proprietários porque muitos dos terrenos são particulares. -----

Em relação ao atraso na obra do Parque de Estacionamento Subterrâneo, referiu que a obra foi feita em tempo *record*. Uma obra de cinco milhões de euros prevista para nove meses, será difícil de igualar, sobretudo porque durante a obra de pedreiro estiveram apenas cinco dias de bom tempo, sendo que até estacaria teve de levar o que não estava inicialmente previsto. Informou que a obra seria inaugurada dentro de dois dias. Além disso, foi solicitado ao empreiteiro que renovasse as vias envolventes, o que também não estava previsto. O empreiteiro falhou por trinta dias numa obra de cinco milhões, construída naquelas condições. Referiu que assim fossem todas as obras com um atraso de trinta dias. -----

No que se refere à Casa da Juventude, esclareceu que o que dissera ao Dr. João Pedro é que em tempo *record* tinham feito as obras e que a mesma se iria localizar na antiga Casa do Ribeiro, faltava contudo a parte logística. A parte

logística depende de outra área desta casa, a qual está com reuniões marcadas com as associações. Além disso, tinham previsto um psicólogo e um animador social, mas o novo PEC proíbe a Câmara de meter pessoal, apesar desta Assembleia ter já dado autorização para o efeito. Talvez a psicóloga da Câmara que presta serviço nas associações tenha de ir lá também, bem como o animador. A Casa está pronta, pelo que terá todo o prazer em levar lá quem queira para ver que está lá uma bonita casa, com um bonito quintal, um excelente espaço para a juventude. -----

Em relação ao espírito associativo e aos resultados dos atletas Valecambrenses, informou que, por sua proposta, a Câmara Municipal aprovou um voto de louvor a várias associações do concelho. Acrescentou que o que o Sr. Deputado Manuel Pinho quis foi dar-lhe o recado para que não baixe o valor dos subsídios a atribuir. Mas o novo PEC retira cem milhões de euros às autarquias. Dos impostos, apenas 1,6% são direccionados para as autarquias, enquanto que 98,4% ficam no estado centra. Apesar disto, alguns insistem em dizer que este descontrolo no défice deve-se às Autarquias, são elas as despesistas. Há tempo levaram um corte, agora levam um segundo corte, sinceramente com as receitas constantemente a cair não vê como é possível reforçar todo o apoio associativo, numa altura em que estão a reforçar o apoio e de que maneira à acção social e a educação. A Educação no Concelho custa muito dinheiro, demasiado para as receitas próprias da Câmara Municipal. Não sabe o que irá acontecer, mas obviamente não estão em condições de reforçar ou mesmo manter o apoio associativo, pese embora os feitos notáveis que as associações e atletas individuais conseguiram alcançar.-----

Quanto à revisão do Regulamento de Apoio ao Associativismo a ordem foi dada aos serviços, os quais provavelmente irão ouvir as associações, como o fizeram no primeiro regulamento. -----

2010.06.30

Relativamente ao pedido da Dra. Rosário Carvalho para divulgação das medidas na área da saúde, informou que deu, juntamente com o Comandante dos Bombeiros, uma conferência de imprensa, a qual deverá ser publicada brevemente, e além disso a ARS entregou um documento que tem sido distribuído em todos os pontos das freguesias relatando o que vai acontecer desde o encerramento para a frente. Essa divulgação está portanto a ser feita.-----

Em relação à questão do topónimo atribuído à Praça no Centro, referiu existir um mal entendido. Na altura referiu que era essa a sua intenção, porque não sabia quando o Professor Cavaco Silva cá vinha, agora fez a proposta à Câmara Municipal. A Assembleia Municipal associa-se ou não, aliás tal como se associou ou não, no dia em que entregou à esposa do Sr. Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite, a Medalha de Ouro do Município. Foi para si dos momentos mais marcantes da sua vida autárquica e muito sinceramente, quer da sua bancada, quer das outras, quer das próprias freguesias, quer das Associações a quem o Sr. Álvaro tanto ajudou, não teve a participação e acompanhamento que ele bem merecia.-----

Em relação ao Centro Multiusos de S. Pedro de Castelões, não indicou uma data concreta para o debate, mas garantiu que se realizará no mês de Julho. À semelhança de outros projectos emblemáticos sairão à procura de opiniões.-----

Em relação ao encerramento das escolas solicitou à Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha, Vereadora com competências na área da educação, que esclarecesse a Assembleia.-----

No uso da palavra a Sra. Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha, Vereadora com competências na área da educação, esclareceu que o Concelho tem duas escolas que estariam abrangidas pela Portaria que entretanto foi publicada, a qual estabelece o mínimo de vinte e um alunos para cada turma. Segundo as últimas informações não oficiais, essas escolas serão para manter este ano abertas,

embora uma delas com dezassete alunos. Não há ainda informação oficial mas tudo indica que vá acontecer. -----

Relativamente à posição do Município todos os anos é feita uma reunião no CAE em Santa Maria da Feira para o reordenamento da rede escolar onde estão presentes os Agrupamentos de Escolas. Nessa reunião teve a oportunidade de com os Agrupamentos de Escolas, manifestar a vontade de não encerrar essas escolas atendendo à sua localização geográfica, referindo-se concretamente à Escola de Janardo.-----

O Senhor António Gomes, no uso da palavra para defesa da honra, começou por referir a duração das duas intervenções do Sr. Presidente da Câmara, que foram respectivamente de quarenta e vinte minutos, concordando plenamente com isso pois diz que só sabe o que se passa na Câmara Municipal quando há Assembleia. -----

Quanto à intervenção do Dr. Paulo Barbosa, referiu que embora estejam a ser regulados pelo Regimento anterior que respeita e até concorda, chamou a atenção que o mesmo prevê, no seu artigo 21.º, que a duração das Assembleias Municipais, se são ordinárias podem ir até cinco dias e se são extraordinárias podem ir até um dia. Disse que também não quer passar aqui tanto tempo, é só para chamar a atenção.-----

Disse que louva e acha que é boa vontade do Sr. Presidente da Câmara fazer a tal reunião sobre o Centro Multiusos de S. Pedro de Castelões, alertando para o facto de que a população da freguesia tem de estar presente nessa reunião. Também quis dizer ao Presidente da Junta que antes de ele ir para lá, já ele lá andava descalço, e que conhece todos os lugares da freguesia de S. Pedro de Castelões, mas não é cangalheiro. Terminou referindo que se o Sr. Presidente o levar a qualquer lugar da freguesia, conhece os lugares e as pessoas.-----

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 de Junho, propôs à Assembleia Municipal que esta se associe com a deliberação da Câmara Municipal de atribuição do nome do Senhor Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite à Praça no Centro da Cidade, embora esta não seja uma competência própria da Assembleia Municipal. Colocado à votação este assunto, a Assembleia Municipal deliberou associar-se à Câmara Municipal na sua deliberação de atribuir o topónimo de Praça Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite à Praça no Centro da Cidade, por vinte e sete votos a favor e uma abstenção do Sr. Albano de Oliveira Braga (CDS/PP).-----

O Sr. Albano de Oliveira Braga interveio para dizer que perante a votação terá depois de fazer uma declaração de voto. O Sr. Presidente da Mesa diz que deverá então fazer a declaração de voto no momento, ao que o Sr. Albano Braga disse que não estava na ordem de trabalhos, e que no fim a entregará.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2010: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e um votos a favor e sete abstenções (Dr. Rodrigo Oliveira da Silva, Manuel Domingos da Costa Tavares, Eng.º Aníbal Moreira da Costa, António Gomes, João Miguel Almeida Campos, Carlos Tavares e Manuel Joaquim Rodrigues Almeida) aprovar a acta da sessão ordinária de trinta de Abril, com a seguinte correcção à minuta dessa acta, aprovada em sessão de 30.04.2010, na página 7 (Ponto 8 – Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra), na linha n.º 11, onde consta “unanimidade dos vinte e sete membros presentes”, deve ler-se “maioria de vinte e seis votos a favor, tendo-se absterido da votação o Sr. Albano de Oliveira Braga (CDS/PP)”.-----

Declaração de Voto do Senhor António Gomes, conforme entregue por escrito à Mesa: “António Gomes, membro desta Assembleia da Bancada do Partido CDS/PP, justifica por este meio a sua abstenção na aprovação da acta da Sessão Ordinária de 30 de Abril de 2010, porque a minha intervenção nessa reunião não condiz efectivamente ao que disse, não sei se gravam ou não? Só sei que pelos meus rascunhos escritos, a sua descrição, não condiz na respectiva acta o que lamento, se porventura voltar a acontecer serei obrigado a votar contra”.-----

2. TOMADA DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9.º da Lei n.º 33/99, de 18 de Julho, tomou posse perante a Assembleia Municipal, em Auto de Tomada de Posse, o Senhor Armando Joaquim Soares, cidadão de reconhecida idoneidade indicado pela Junta de Freguesia de Junqueira, nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Segurança.-----

3. CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE: O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu ter reunido com os Líderes dos Grupos Municipais, tendo-se concluído a necessidade da Assembleia Municipal criar uma Comissão Permanente que venha a acompanhar, neste momento crucial, o que está a acontecer em Vale de Cambra nos chamados direitos à Saúde. Também reuniu consenso que, embora a Comissão seja permanente, assim que se entender que a mesma não seja necessária, será extinta.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, criar a Comissão Permanente Especializada de Saúde, sendo a mesma constituída pelos Senhores Dr. Rodrigo Oliveira da Silva (PPD/PSD), Dra. Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP) e Dr. João Pedro Bastos Silva (PS), os quais poderão fazer-se substituir nas suas faltas e impedimentos por um outro elemento da sua bancada que venham a indicar.-----

4. RECTIFICAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2010 – Deliberação da Câmara

Municipal de 16 de Junho de 2010: Presente a deliberação supra pela qual a Câmara Municipal submete a aprovação da Assembleia Municipal a rectificação ao Mapa de Pessoal (modificação da relação jurídica de emprego público).-----

O Sr. Vereador Dr. José Pedro Vieira de Almeida esclareceu que o que se pretende é uma mera rectificação da relação jurídica no Mapa de Pessoal. A Câmara tem professores nas piscinas neste momento que têm uma relação jurídica com a Câmara por tempo limitado, ou seja o contrato dura por um determinado período de tempo, pretendendo-se que passem a contrato por tempo indeterminado, sendo que tal não vem alterar o orçamento, nem alterar os lugares que já estavam criados no Mapa de Pessoal. Acrescentou que, feita esta rectificação, se a Assembleia assim o entender, terá de autorizar a abertura de procedimento para os cinco lugares, cujos contratos vão caducar agora em Julho. Esta autorização já decorre das novas medidas do PEC.-----

Interveio o Sr. José do Nascimento Peres, e uma vez que esta é a sua primeira intervenção neste mandato, desejou ao Sr. Presidente um bom mandato e que o mesmo honre a todos e que dignifique esta Assembleia e sobretudo que sirva os legítimos interesses de todos os Valecambrenses.-----

Em relação ao assunto em discussão, referiu que de pouco ou nada vale que o Presidente da República alerte para a actual situação do País, que diz insustentável; que o Governo diga que é urgente emagrecer o aparelho do Estado e que só será admitido um funcionário por cada dois que saírem; que economistas nacionais ou internacionais alertem para a necessidade urgente de equilibrar as contas públicas e de reduzir as despesas; de pouco ou nada vale chamarem a atenção para o facto que a curto prazo pode nem haver dinheiro para pagar aos funcionários; de pouco ou nada vale que o Sr. Presidente da Autarquia venha a terreiro dizer em entrevista para consulta pública que o

associativismo sofre sempre que aumentam as dificuldades financeiras do País e das comunidades locais e bem assim que a autarquia é uma entidade parceira do associativismo e não a sua líder, que o é pelo menos nos gastos. A propósito desafiou os presentes a fazerem um exercício de memória quanto ao contributo extraordinário que a ACR tem dado e continua a dar ao Desporto no Município e algumas associações mais, o prestígio que para ele tem granjeado extra muros. Disse que descobrissem a diferença abissal entre o desempenho das duas entidades, de um lado há a carolice de muita gente que trabalha por amor à camisola, do outro doutores e profissionais pagos a preço de ouro. Continuou referindo que de pouco ou nada vale que o Estado corte cada vez mais nos recursos das Autarquias se daí concluir unicamente que é necessário aumentar as receitas à custa do Município, sem procurar reduzir despesas e extrair o máximo do que muito de nós e o Município não tem, que é dinheiro.-----

Terminou referindo ir votar contra esta proposta de alteração do vínculo laboral porque os argumentos invocados não lhe parecem justificá-la, desde logo porque as actividades pontuais, precisamente por serem sazonais e pontuais não são suficientes para alterar o vínculo contratual existente com todos ou alguns dos prestadores de serviço que agora se querem a título definitivo. Vota contra porque o que está em causa não é impedir que a autarquia recorra ao serviço destes profissionais, é sim impedir que os tenha de manter ao serviço mesmo deles não precisando. O que está em causa é perceber se para garantir actividades permanentes são imprescindíveis cinco técnicos superiores (a juntar ao já existente) ou se o número cinco não foi dado por palpite, se calhar a contratação à meia dúzia é mais barata ou se - e isto é que seria grave - se este número é necessário para cumprir alguma promessa feita. Entende que deveria ter sido melhor fundamentado o número de colaboradores necessários ao desempenho das actividades permanentes, propor a alteração do seu vínculo laboral, e para

actividades excepcionais e laborais, continuar a recorrer à sua contratação a termo resolutivo, como bem refere, mas mal conclui a Chefe dos Recursos Humanos. Perguntou se garantidos os cinco a Autarquia irá cantar com Zeca Afonso: “Venham mais cinco”. Mais uma vez referiu ir votar contra, apesar de saber que o seu voto de pouco valerá, não irá alterar “o que está cozinhado”, mas ainda assim o fará para ficar de bem com a sua consciência, sobretudo porque os elementos técnicos e legais para alteração do referido vínculo não o convencem. Não o faz pelo prazer, que não tem, de estar e ser contra o que quer que seja. Disse ter andado pelo pavilhão e pela piscina a observar e fazer perguntas e sinceramente ficou com a ideia que a justificação do pedido se baseou numa mera negociação de horário de abertura e encerramento da Piscina e do Pavilhão, o que só por si não justifica a permanência efectiva de seis técnicos superiores. *Mutatis mutandis* é o mesmo que uma empresa recrutar quatro ou cinco colaboradores com base no seu horário de funcionamento ao público e depois mante-los a olhar uns para os outros por falta de clientes. Não tem dúvidas de que alturas haverá em que sobrarão horas e horas sem terem que fazer. Manter no *dolce fare niente* funcionários bem pagos é um desperdício a que o País não se pode dar ao luxo, pois refere que não estão a falar de “patas rapadas” a receber salários mínimos. Disse votar contra ainda porque: a proposta vai contra todas as normas de prudência, pois no futuro pode condicionar a adopção de outra estratégia de gestão, de outras prioridades e de outras sensibilidades políticas e sociais; a maior parte das horas e actividades são pagas e uma franja da população – a maior e a mais desfavorecida - em breve não terá infelizmente como o fazer; é um exagero admitir cinco técnicos superiores de uma assentada, para uma área que, embora importante, não é a primária nem essencial ao Município, nem à vida do Munícipe; o volte face na relação laboral que o Município quer estabelecer com os futuros concursantes lhe “cheira a jobs

for the boys” ao mesmo tempo que perante a adopção de outras prioridades futuras lhes garante a eles o emprego, mas retira à Autarquia viabilidade e capacidade de gestão do capital humano face a novas valências e ou competências; conhecendo como conhece a habilidosa legalidade dos concursos teme que a selecção seja feita não em razão da competência, mas sim do vínculo político ou familiar de cada um.-----

Por fim, referiu que cá estará para denunciar as coincidências de que se aperceba e que quase de certeza vão acontecer. Só não porá reservas e votará favoravelmente a proposta se esta for bem fundamentada, se o número de contemplados for bem justificado, mais avisada e menos gravosa para a Autarquia.-----

No uso da palavra o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares começou por dizer ao Sr. Presidente da Câmara que é um acérrimo defensor da sua pessoa em virtude da sua generosidade, humildade, frontalidade e nobreza de carácter. Como Presidente da Câmara tem a frontalidade de numa Assembleia dizer bem do Governo, estando a ser justo, pois disse que o Ministério tem sido honesto com ele, isso é ser nobre, é ter nobreza de carácter. Quantos políticos sabendo destas coisas nunca o dizem. Agradeceu ao Sr. Presidente. Referiu, contudo que ele tem os seus defeitos, como todos.-----

Relativamente ao assunto em apreciação, referiu não haver qualquer encargo acrescido para a Autarquia. Embora não saiba ao certo o seu ordenado sabe que não são pagos a preço de ouro, infelizmente. Por outro lado, vai acabar com a burocracia que até agora tinha de ser feita, pois todos os anos tinham de haver concursos, todos os anos havia pessoas a preencher papéis, todos os anos tinha de haver admissão, entrevistas, para uma actividade que se mantiver os utentes, vai-se mantendo. Supondo que as piscinas deixam de ter utentes e fechem automaticamente esses técnicos ficam desvinculados da Câmara. Vai permitir que

pelo menos esses cinco jovens tenham uma garantia de emprego e tenham alguma estabilidade no futuro. A maioria não sabe o que é estar constantemente preocupado se tem ou não emprego, tenham ou não um curso. Aqueles que já passaram por isso sabem o que isso custa. Não são menos capazes que a sua geração, a questão das leis de trabalho infelizmente é que está a permitir estas nuances todas. A continuação ou não do trabalho vai também depender muito deles, se desempenharem bem o seu trabalho, as pessoas que andam lá vão chamar outras, se desempenharem mal o seu trabalho as pessoas deixam de ir. - - Claramente vão votar a favor da proposta e dão os parabéns à Câmara por ter tomado essa iniciativa.-----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: as piscinas estão abertas das 8 às 21 horas, de segunda a sexta, e ao sábado das 9 às 18 horas, serviço este assegurado por treze professores, dos quais cinco a tempo inteiro e oito a fazer entre duas a quatro horas por dia. A partir de Julho, e de acordo com a nova lei, terão de abrir concurso para as pessoas que têm justificadamente horário completo. Não se trata de mais nada além disso. Já era assim que funcionava há alguns anos atrás. A única alternativa que a lei permite é recorrer a uma empresa prestadora dessa mão de obra, o que fica substancialmente mais caro do que contratar estas cinco pessoas.-----

Interveio o Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa referindo ficar um pouco preocupado porque o que se passa no País é importante e já foi dito que há que haver contenção. Acrescentou que a explicação do Sr. Presidente veio dizer de alguma forma aquilo que não foi dito aos Vereadores presentes, que é por Lei obrigatório fazer o concurso público, o que não está na acta, nem diz qual é o Decreto-Lei que obriga a esse procedimento. Não refere e como não são profissionais da política nem de direito administrativo não sabem dessa legislação. Disse pensar que qualquer elemento da Assembleia deve questionar, para votar

2010.06.30

em consciência, e devem ser devidamente explicadas as razões pelas quais o executivo toma as suas directivas, e não deve pressionar a Assembleia sob qualquer forma para votar de uma ou outra forma, deve respeitar sim o máximo que puder o que dizem os Deputados, os quais têm intenção de fazer o melhor pelo concelho, é certamente nesse sentido que se dirigem à Mesa, à Câmara e aos Colegas. -----

É de estranhar efectivamente perante os factos difíceis que o País atravessa, difíceis até no aspecto da saúde porque não há médicos, embora cerca de dez ou doze estudantes de Vale de Cambra terminem este ano o curso de medicina, mas fogem de Vale de Cambra porque aqui não há atractivos para os fixar. Não é preciso arranjar homens ou mulheres para casar com eles, nem dar incentivos. Acrescentou que vão embora não só os do curso de medicina, infelizmente não os sabem cativar para ficarem cá.-----

O objectivo destes técnicos superiores de educação física que merecem o máximo respeito e há trabalho para todos, só não há para quem não quer trabalhar. Referiu que há dentro da cabeça dos cidadãos a ideia que o funcionário público não trabalha, o que não é verdade, mas muitas das vezes a responsabilidade que se lhes pede é demasiado reduzida e muitas das vezes criando as empresas público-privadas o rendimento é melhor, se calhar aqui seria um caso desses, abrir um concurso para uma publico-privada para o funcionamento das piscinas. Salientou que os programas da Piscina são os projectos Liga-te ao Desporto, Férias Desportivas Municipais, Projecto Gira-volei, Projecto Ser um Peixe, Cursos intensivos de natação e outros pontuais.-----

O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa referiu agradecer a iniciativa do Deputado Peres, pois isto sim é discutir um assunto com interesse e manifestar os pontos de vista.-----

Poderão até considerar ou não que a minuta da acta ou que a explicação dada pela Câmara é ou não suficiente para entender o que está aqui em discussão, mas também têm de ser concretos e objectivos. Salientou que a minuta da acta diz que é o exercício de uma actividade predominantemente técnica, destinada a satisfação de necessidades próprias e permanentes dos serviços, e diz também: “Como a contratação a termo resolutivo assume uma feição excepcional e residual ao qual se pode recorrer nas situações taxativamente enunciadas na lei”, isto é, só poderá o Município contratar a tempo determinado nas situações que a lei taxativamente prevê, ou seja são aquelas situações em que pode contratar a termo resolutivo, portanto entende que está justificada a necessidade de contratar a termo indeterminado. Acresce ainda que no Mapa de Pessoal aprovado e em vigor constam os lugares referenciados e ainda consta que não tem implicações orçamentais, isto é não estará o Município a aumentar a despesa. Referenciou ainda que a deliberação foi tomada por unanimidade dos cinco membros, portanto tinha de lá estar alguém para além dos Vereadores do PSD. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e um votos a favor, quatro votos contra (dos Srs. Eng.º Aníbal Moreira da Costa, António Gomes, Albano de Oliveira Braga e José do Nascimento Peres, da Bancada do CDS/PP), e três abstenções (da Sra. Dra. Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro e Srs. António dos Santos Sousa e Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos, da Bancada do CDS/PP), aprovar a rectificação ao Mapa de Pessoal 2010, nos termos propostos pela Câmara Municipal, e autorizar a abertura de procedimento concursal para cinco postos de trabalho, por contrato a termo indeterminado, de Técnico Superior com competências na área de Educação Física para prestar funções no Sector de Desporto e Tempos Livres.-----

5. PROJECTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – Deliberação da Câmara

Municipal de 16 de Junho de 2010: Presente a deliberação supra pela qual a Câmara Municipal submete a aprovação da Assembleia Municipal o Projecto de Normas e Procedimentos da Componente de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar.-----

A Sra. Vereadora Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha esclareceu tratar-se de um Regulamento, que já não é um projecto em virtude de ter sido publicado e cumprido o prazo de inquérito público. Referiu que este Regulamento vem estabelecer as normas que regulam a Componente de Apoio à Família, a qual tem duas valências, o prolongamento de horário e as refeições. É destinado às crianças que frequentam o pré-escolar, portanto dos três aos seis anos. Destina-se a dar respostas aos pais que, por motivos profissionais ou outros não podem ir buscar as crianças à escola no final do horário escolar, e prevê a comparticipação dos pais consoante os seus rendimentos.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, aprovar as Normas e Procedimentos da Componente de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar.-----

6. REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA – RECTIFICAÇÕES – Deliberação da Câmara Municipal de 16 de

Junho de 2010: Presente a deliberação supra pela qual a Câmara Municipal submete a aprovação da Assembleia Municipal a seguinte rectificação ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra: -----

Quadro XV – Taxas Gerais:-----

- No artigo 3.º, n.º 4, alínea a), onde se lê “com fundação – por m2”, deve ler-se “com fundação”;-----
- No artigo 3.º n.º 4, alínea b), onde se lê “jazigo – por m2”, deve ler-se “jazigo”;----
- No artigo 15.º, n.º 1, alínea a), onde se lê “por mês/m2”, deve ler-se “por mês”;---
- No artigo 15.º, n.º 2, alínea a), onde se lê “por mês/m2”, deve ler-se “por mês”;---

- No artigo 15.º, n.º 4, onde se lê “Lugares do Mercado – Bancas – mês/m2”, deve ler-se “Lugares do Mercado – mês/ m2”;-----

- No artigo 34.º (Secção I) onde se lê “Mapas de Horário – Alteração e Renovação”, deve ler-se “Mapas de Horário – Alteração, Renovação e Concessão”.-----

A Sra. Vereadora Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha explicou que, ao transpor o Regulamento de Taxas informaticamente, foram detectados estes lapsos ou gralhas. É presente à Assembleia para serem rectificadas estes lapsos que não foram detectados na altura da sua aprovação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e sete votos a favor e uma abstenção do Sr. Albano de Oliveira Braga (CDS/PP), aprovar a presente rectificação ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra.

7. INDICAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO A INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTIGO 31.º DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22 DE FEVEREIRO: O Senhor Presidente da Mesa, Dr. Manuel Augusto Bastos Carvalho explicou o que se pretende com este ponto, bem como deu conhecimento da primeira reunião em que participou, como representante da Assembleia Municipal em virtude desta ainda não ter eleito o representante do Município.-----

O Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa pediu para explicar o que é o Conselho da Comunidade do ACES. Solicitou que sejam concedidos os documentos relativos a essa Comunidade, designadamente o diagnóstico entregue na referida reunião.---

O Sr. Presidente da Mesa referiu que a pessoa que for eleita para o Conselho da Comunidade poderá ter dados importantes para a futura Comissão de Saúde.-----

O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa esclareceu que a sua nomeação pela Assembleia Municipal anterior foi numa das últimas assembleias, e que foi

convocado apenas para duas reuniões, sendo que na primeira não pode estar presente, a segunda já foi após a reunião de preparação da Comissão de Saúde pelo que entendeu que deveria ser a Mesa da Assembleia a estar presente e não um deputado que não estava mandatado pela actual Assembleia. Daí pediu ao Sr. Presidente para estar presente e para saberem alguma coisa deste Conselho. Já no mandato anterior houve esta indicação. Terminou referindo que o Grupo Municipal do PSD indica o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares para o efeito.-- Nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 31.º do Decreto-Lei 28/2008, de 22 de Fevereiro, a Assembleia Municipal passou a designar, de entre os seus Membros e por escrutínio secreto, o representante do Município a integrar o Conselho da Comunidade do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) do Entre Douro e Vouga II. Após o escrutínio secreto, feito aos vinte e oito membros presentes, foram obtidos quinze votos para o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares, seis votos para a Dra. Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, quatro votos para o Sr. João Pedro Costa, um voto para a Dra. Célia Maria dos Santos Tavares, um voto para o Sr. Jorge Tavares da Costa, e um voto em branco. Ficou assim designado o Senhor Manuel Domingos da Costa Tavares como representante do Município a integrar o Conselho da Comunidade do ACES do Entre Douro e Vouga II.-----

8. PARECERES EMITIDOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA –

Deliberação da Câmara Municipal de 16 de Junho de 2010: Presentes para apreciação os Pareceres emitidos pelo Conselho Municipal de Segurança, em sua reunião ordinária de 26.04.2010, sobre as seguintes matérias: a) A evolução dos níveis de criminalidade na área do Município; b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança do Município; c) Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do Município; d) Os resultados da actividade municipal de protecção civil e combate a incêndios; e) As condições materiais e os meios humanos empregues nas actividades sociais de apoio aos

tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar; g) Acompanhamento e apoio das acções dirigidas em particular à prevenção da toxicodependência e à análise da incidência social do tráfico de droga; e h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção; os quais apresentam o seguinte teor: -----

Interveio a Dra. Maria do Rosário Simões de Carvalho começando por pedir desculpa pela sua anterior intervenção, acrescentando nunca ter tido aulas de retórica. Referiu aceitar a intervenção pedagógica do Sr. Presidente e espera corrigir-se em próximas intervenções, pois aquela foi a sua primeira intervenção nesta Assembleia Municipal. Chamou atenção que na página cinco da acta o Sr. Sousa fez uma solicitação directa ao João Pedro. E novamente na página onze que se refere à Junta de Castelões. Disse julgar que aqui todos são importantes, cada um no seu posto, simplesmente às vezes estão mais na berlinda por determinadas razões.-----

Em relação ao Conselho Municipal de Segurança expressou o seu contentamento, foi ao encontro de muitas ansiedades dos cidadãos que se mostram muitas vezes apreensivos pelo desenrolar de acontecimentos menos bons. Acrescentou que o Conselho parece estar muito atento às dificuldades sentidas nesta área. É com agrado que vê ser chamada a atenção para, por exemplo, a sinalização e alerta para a prevenção da toxicodependência e tráfico de droga. É bem mais positivo prevenir do que remediar. Disse que esta prevenção situa-se já dentro de males existentes, o importante é não o deixar alargar até ficar incontrolável. Apelou a maior vigilância dos espaços, a que apesar de ser vedada a permanência a menores, estes lá entram e permanecem, com público consumo de bebidas alcoólicas. De seguida, chamou ainda a atenção para o descontentamento que muitos cidadãos manifestam junto da sua

pessoa, devido ao barulho nas vias públicas até altas horas da manhã. Ainda assim, congratula-se por este Conselho ter apelado ao aumento do número de efectivos da Autoridade. -----

Apesar de, em princípio, estar de acordo com os Pareceres emitidos pelo Conselho Municipal de Segurança, alertou para a vaga de assaltos de que tem conhecimento com vandalizações e violação da privacidade, que atentam, para além dos bens materiais, contra a integridade e privacidade das pessoas.-----

O Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa referiu que os Pareceres focam aqui aspectos tremendamente importantes, mas cujas medidas de correcção são impraticáveis. Aponta-se para situações que não são possíveis tomar, caso contrário já teriam sido tomadas. Referiu fazer suas as palavras da Colega, que o que se avizinha quanto ao caminho que estão a ver não só no concelho, casos infelizes e cujo policiamento está a ser muito pouco. A título de exemplo referenciou as noites passadas na Zona Industrial do Rossio com as corridas de automóveis, que só não houve tragédia porque ainda não deu, qualquer dia dá, outras certamente existirão. Os pareceres são pareceres mas que não levam a medidas e não é só olhar e dizer que tem de se fazer isto, mais polícias, é preciso tomar medidas para que tal aconteça e se acontecer que sejam melhorados, isso é que deve ir a um Conselho que vai a seguir tomar medidas, no sentido de no futuro haver não gastos, mas medidas correctivas, quer a nível de educação das escolas, chamadas de atenção. Disse que ainda há dias se fizeram acções de formação sobre Vigilância na Floresta, tiveram a oportunidade de ir com centenas de crianças à Helipista e ouviu o Alferes responsável dizer que a rapaziada que é recrutada na altura dos incêndios para estar nos postos a fazer vigilância é mal comportada, muitas vezes a dormir, às vezes a vigilância é negativa pensa-se que está lá alguém e não está lá ninguém.-----

Se puderem expressar estes sentimentos e sentir das populações, devem fazê-lo para que os Conselhos e as Comissões façam algo de profícuo.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu fazer parte do Conselho Municipal de Segurança, por inerência do cargo que ocupa, e informou que todas as preocupações agora afirmadas foram discutidas no Conselho e serão enviadas para os Órgãos da Tutela.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Pareceres emitidos pelo Conselho Municipal de Segurança em sua reunião de 26 de Abril de 2010.-----

Retiraram-se da Sessão a Sra. Dra. Célia Maria dos Santos Tavares e o Sr. Victor Manuel Ribeiro Tavares.-----

9. APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL: Nos termos da alínea e), do artigo 53.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente, para apreciação, informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município e respectiva situação financeira.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar a minuta da acta da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO: Interveio o **Senhor António Fernando de Pina Marques**, na qualidade de representante do Orfeão de Vale de Cambra, para convidar todos os presentes para assistirem ao Encontro de Coros Luso-Galaico que se irá realizar no próximo dia 10 de Julho, pelas 21h30 no Centro Cultural de Macieira de Cambra.-----

2010.06.30

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por
concluídos os trabalhos e encerrou a sessão, eram vinte e uma horas e cinquenta
minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por si e pelos
secretários.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário

[illegible]